

O assassinato de Henrique Wolland, o ALEMÃOZINHO

Rafael José Nogueira¹
Cássio Alexandre de Souza²

- Enviado em 30/09/2017
- Aprovado em 08/12/2017

Alemãozinho: Coronelismo, Crime e Notoriedade.

Em Rio Negro, no Estado do Paraná (no território correspondente atualmente ao município de Mafra, Santa Catarina), alguns coronéis protagonizaram envolvimento no conflito do Contestado, sobretudo na região entre Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas. Dentre eles estava Aleixo Gonçalves de Lima, que junto com Antônio Tavares e Henrique Wolland, vulgo Alemãozinho, comandou o piquete de revoltosos que se instalou no interior entre Itaiópolis e Papanduva, terras de sua propriedade, que se estendiam da região entre Iracema até a Estiva, nos interiores. Fazendeiro e comerciante de certa notoriedade em Rio Negro, Aleixo Gonçalves era dissidente da elite política republicana instalada na Câmara de Rio Negro por conta de nunca ter ascendido com algum apoio aos cargos eleitorais da Câmara Municipal. Assim sendo, envolveu-se no contestado ao lado de coronéis catarinenses que circundavam em semelhante situação política, e que haviam vislumbrado no apoio ao movimento de revolta uma possibilidade de vingar antigas rivalidades políticas e mesmo de estenderem.

Sua dissidência da elite rio-negrense que apoiava o Estado do Paraná na questão do território contestado já era conhecida, mesmo antes dos conflitos armados acontecerem. Em 1909, Aleixo Gonçalves liderou cerca de 500 homens no assalto ao Posto Fiscal do Paraná nas margens do Rio Preto, na divisa entre Rio Negro e Rio Negrinho, sendo aclamado pelos coronéis catarinenses, conforme menciona o Professor Antônio Dias Mafra:

Aleixo Gonçalves de Lima, Capitão da Guarda Nacional, Fazendeiro em Rio Negro e empresário do mate com interesses comerciais em São Bento, em setembro de 1909,

¹ Licenciado em História pela Univille – Universidade da Região de Joinville. E-mail: rjnrafa@hotmail.com

² Graduado em História pela Universidade do Contestado (2015), Campus Mafra – Santa Catarina. Pós graduando em Política e Sociedade (Universidade do Contestado), 2017. E-mail: cassio.olsen.souza@gmail.com

segundo Vinhas de Queiroz (1981, p. 68), “capitaneando cerca de 500 homens e auxiliado pela polícia catarinense, transpôs o Rio Preto, e invadiu o território do Paraná, proclamando que visava impedir a cobrança dos impostos estaduais”. [...] Aleixo foi aclamado como herói catarinense em Joinville porque afugentou os funcionários do Posto Fiscal paranaense e a força policial protetora. A sua atitude reflete o clima de animosidade entre catarinenses e paranaenses, que já havia se instalado na região. (QUEIROZ apud MAFRA, 2013, p. 161-162).

Em contrapartida dos revoltosos do Contestado, o coronel rio-negrense Nicolau Bley Netto, de família abastada e tradicional no município, foi um típico exemplo de coronel da República Velha. Herdou de seu pai, o Capitão João Bley (1840-1905), a tradição de atuação política na Câmara de Rio Negro, junto das fazendas e das casas de comércio que pertenciam à família. Ampliou seus negócios quando passou a investir no processamento de erva mate, sendo proprietário de ervais e engenhos no interior de Rio Negro, sobretudo no lado esquerdo do rio (atualmente Mafra, Santa Catarina). Durante os combates em Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, o Coronel Nicolau Bley Netto comandou uma força de destacamento da Guarda Nacional de Rio Negro, juntamente com o Coronel Júlio Sérgio Gomes da Silva, sob as ordens do General Setembrino de Carvalho, segundo Waldemiro Bley Júnior: “Na revolta do Contestado, mais uma vez ao lado do Governo, comandou uma coluna de 250 homens (os vaqueanos). Era na época Coronel Comandante da Guarda Nacional de Rio Negro”. (JÚNIOR, 1987, p. 76).

Com o fim do conflito do Contestado, em 1916, e a respectiva sentença final da questão judicial entre Santa Catarina e Paraná, sendo lavrado o termo do Acórdão de divisas territoriais entre os estados, por decisão do Supremo Tribunal Federal, Nicolau Bley Netto foi nomeado pelo Governador do Estado de Santa Catarina, o Coronel Felipe Schmidt, para Presidente da Câmara Municipal do recém-criado município de Mafra, em setembro de 1917. Por sua vez, ao iniciar os trabalhos da Câmara Municipal, estabeleceu a Intendência Municipal (correspondente a uma Prefeitura subordinada à Câmara), e nomeou seu correligionário e também coronel ervateiro catarinense Victorino de Souza Bacellar, ao cargo de Intendente e depois Prefeito Municipal de Mafra, que administrou o município até a ocasião de seu falecimento, em 1922 (FORJAZ, 1929).

O coronel Nicolau Bley Netto também se elegeu Deputado Estadual em Santa Catarina em duas legislaturas: entre 1925 a 1927 (12ª Legislatura) e 1928 a 1930 (13ª Legislatura). Exemplo de prestígio político e poder econômico entre os estados de Santa Catarina e Paraná, Nicolau Bley Netto foi um notável empreendedor político aos moldes do coronelismo característico dos indivíduos que compunham as elites políticas estaduais, sendo em muitos casos responsáveis por expropriações, fraudes eleitorais, notariais e abusos de poder político e trabalho escravo, elementos que tiveram grande influência nas causas que historicamente originaram a revolta do Contestado. Embora os ideais democráticos estivessem enraizados

nos discursos liberais e republicanos da época, a experiência histórica deixa claro que no Brasil a República não foi sinônimo de democracia (FORJAZ, 1929).

Em contrapartida ao lado legalista na questão do Contestado, como comandante do bando de cavalarianos, Alemãozinho deixou suas impressões na cidade de Rio Negro, quando por conta dos assaltos de seu piquete na região entre São Lourenço e Vila Nova, teria chegado junto de seus homens em Rio Negro, no lado esquerdo do rio, atualmente na cidade de Mafra (Santa Catarina), onde teria supostamente saqueado estabelecimentos comerciais, e com arrogância e impertinência assassinado um cidadão local segundo Ayrton Gonçalves Celestino:

José Pauli, também conhecido por Pauli-Schmidt, lavrador de certa coragem, veio de Vila Nova, a cavalo, com uma fita no chapéu (sinal de que seria também militante dos fanáticos) conseguindo atravessar o bairro supostamente infestado de jagunços e veio até a cidade estudar a possibilidade de reunir alguns homens para enfrentá-los. Pretendia cercar o grupo pelo Passo, mas a população achava que devia-se aguardar a chegada da Polícia de Curitiba porque um pequeno grupo, de forma isolada não teria condições para a luta. Apesar disto José Pauli, Bannach e mais um ou dois homens, foram ter com Alemãozinho visando especialmente à devolução da arma roubada. Ao se aproximar de Alemãozinho, José Pauli além de não prestar lá as continências exigidas pelo facínora, sacou de um trabuco muito ordinário, mesmo a cavalo atirou sem conseguir mais do que chamuscar a camisa de Alemãozinho e a tentativa de um segundo tiro falhou. Diante do acontecido Pauli-Schmidt estava colocando-se em fuga, pois mal conseguira rodopiar o seu cavalo quando Alemãozinho o matara com um só tiro nas costas. Depois de bazofiar valentia e poderio, Alemãozinho desceu pela rua central e foi ter ao bar de Guilherme Maria do Valle (onde atualmente está sendo construído um prédio entre as firmas Saliba e Ritzmann); bebericou algumas cervejas com seu bando, deu voltas na cidade, todos a cavalo, empunhando a bandeira de São João Maria e dando vivas à causa Contestada. (DEQUECH *apud* CELESTINO, 2002, p. 242).

Para Maurício Vinas de Queiroz, em sua obra *Messianismo e Conflito Social* (1981), o Alemãozinho apareceu como fotógrafo no reduto de Pinheiros, no interior de Canoinhas. Baixo, louro, de olhos azuis, rosto quase sem barba e avermelhado, Henrique Wolland fora um severo comandante do piquete dos chamados Pares de França, que poderiam de acordo com o necessário, trancar estradas, combater os policiais e resgatar (leia-se saquear) mantimentos e armamentos, principalmente. Em julho de 1914, as vilas de Papanduva e Itaiópolis foram tomadas por Henrique Wolland e seus homens, não oferecendo resistência a ação. Ainda em setembro do mesmo ano, travaram acirrados confrontos entre as forças policiais e os revoltosos que ocupavam as vilas, liderados por Aleixo Gonçalves, Antônio Tavares e Henrique Wolland. Na sequência desses acontecimentos, Alemãozinho teria se rendido as forças da Guarda Nacional, contrariando seus companheiros de revolta. Ao render-se, Henrique Wolland colaborou com informações detalhadas sobre os redutos, desde localização, líderes, táticas utilizadas e armamentos que os revoltosos possuíam. Acredita-se que também passou a trabalhar para as tropas legalistas no decorrer de dezembro

de 1914 a janeiro de 1915. Entretanto, ficou famoso pela prática de impor regras e disciplinar seus comandados, como menciona Maurício Vinhas de Queiroz:

Alemãozinho baixou severas ordens à sua irmandade. Nos piquetes, ninguém devia falar alto, nem rir, nem beber. Não poderia entrar em casa alguma sem ordem do comandante. É proibido falar com qualquer senhora sem que seja preciso. Recomenda-se que uns tratem os outros com o maior respeito. Ninguém tenha pressa de voltar, nem pergunte para onde vai, nem de onde vem. A quem desrespeitasse essas ordens, seria dado na forma um conselho; em caso de reincidência, o indisciplinado sofreria surra de vara de marmelo, e, em caso extremo, seria morto. (QUEIROZ, 1981, p. 155).

No conflito do Contestado, as tropas do 28º Batalhão de Infantaria, comandadas pelo General Setembrino de Carvalho, e do Batalhão da Polícia do Paraná sob o comando do Coronel Júlio César Gomes da Silva, ocuparam o reduto de Itaiópolis entre os meses de setembro a novembro de 1914, e as localidades de Moema e Iracema onde estavam postados parte dos revoltosos chefiados por Antônio Tavares. Em dezembro do mesmo ano, se apresentaram às tropas legalistas cerca de 300 revoltosos, a maioria idosos, mulheres e crianças, que foram levados para Rio Negro. Dentre esses provavelmente estava Henrique Wolland, que em fevereiro de 1915, foi intimado pela Promotoria Pública de Rio Negro para responder pelo assassinato do cidadão José Paulo Schmidt, ocorrido em agosto de 1914, durante o período das incursões das tropas de revoltosos no território de rio-negrense. Em janeiro de 1915, Henrique Wolland teria supostamente entregado ao General Setembrino de Carvalho dois documentos destacados na Historiografia do Contestado, tratando-se da sua habilitação como comandante dos pares de cavaleiros, e de um código de posturas para disciplinar seus comandados no piquete. Com referência ao seu companheiro, e possivelmente seu imediato no comando, Paulo Pinheiro Machado destaca:

No auto de perguntas feito a Francisco Hieck, em Rio Negro, o depoente afirmou que foi convidado por Alemãozinho para lutar pela “Monarquia”, pela “Religião” e pela “execução da sentença de limites”. Afirmou ainda que Alemãozinho tinha uma “virgem” no acampamento. (MACHADO, 2004, p. 259-260).

No Processo Crime, a acusação contra Henrique Wolland inicia-se, segundo a denúncia do crime enviada ao Juiz de Direito da Comarca de Rio Negro, qualificando-o como assassino e invasor, junto de seu bando, sendo o ofício de acusação encaminhado pelo Promotor Público (Dr. João Dias de Paiva) em 10 de fevereiro de 1915. Descreve Henrique Wolland como fotógrafo, natural da Alemanha, e residente no interior de Corupá (na época, colônia Hansa Humboldt) em Santa Catarina, semelhante ao que apresenta Maurício Vinhas de Queiroz, como descrito no documento: “A Promotoria Pública desta Comarca, no uso

das atribuições, vem perante V. Ex. denunciar a Henrique Wolland, Photographo, natural da Allemanha e residente no Estado de S. Catharina”. (PROCESSO CRIME, 1915, p. 02).

Prosseguindo, o texto menciona que, em 29 de agosto de 1914, um grupo de fanáticos a mando do denunciado invadiram a cidade de Rio Negro, tendo Henrique Wolland assassinado a tiros de revólver a vítima José Paulo Schmidt, que se encontrava na casa de Reinaldo Burghardt, onde fora na companhia dos irmãos Valentim e Ignácio Bannach a fim de resgatar um revólver que teria supostamente sido roubado de Valentim pelo acusado, por ocasião de ter invadido sua Casa de Comércio.

Dessa forma, a passagem de maior notoriedade durante o conflito do Contestado na cidade de Rio Negro, foi o assassinato da vítima baleada pelo Alemãozinho, que segundo a própria absolvição do Tribunal do Júri de Rio Negro, em 1916, fora legítima defesa do réu acusado, não tendo assim afirmado o estigma de bandido por ter sido líder da causa dos revoltosos do Contestado.



IMAGEM A: Henrique Wolland, o famoso Alemãozinho sempre altivo, logo depois de sua rendição. Data: Entre dezembro de 1914 e janeiro de 1915. Fonte: Claro Jansson. A imagem foi retirada livro “Revelando o Contestado: imagens do mais sangrento conflito social do Brasil nas lentes do sueco Claro Jansson (1877-1954)”.³

³ A foto foi gentilmente cedida por Paulo Moretti, neto de Claro Jansson.

O que a Historiografia diz sobre Alemãozinho no Pós-Contestado.

A historiografia dispõe de um bom acervo documental com informações relativas a atuação de Alemãozinho durante o litígio do Contestado e a controvérsia que o cerca sobre sua conduta celebre pôr em um primeiro momento ter lutado ao lado dos caboclos e depois acabar mudando de lado e se integrando as forças militares de Setembrino de Carvalho. Em dezembro de 2012 o jornal Correio do Norte de Canoinhas montou um caderno especial sobre o centenário do início da guerra do Contestado e fez uma cronologia dos principais eventos e fatos e inseriu no corpo do texto. Ele traz duas informações sobre Alemãozinho e seu destino. A primeira questão envolvendo Alemãozinho seria do mês de Abril em 1915. Ele teria pedido ao general Setembrino de Carvalho que o demitisse do posto de capitão e apagasse todos os seus registros que o ligassem ao exército. Do mesmo modo queria que o nome de Chica Pelega fosse apagado da lista de prisioneiros, para assim os dois partirem para o Rio de Janeiro e terem uma vida normal, longe do conflito. Porém como Alemãozinho passou por um processo criminal referente a acusação do assassinato quando das suas movimentações com os caboclos na região contestada de Rio Negro em agosto de 1914. Assim a informação da partida dele para o Rio de Janeiro em Abril de 1915 não tem fundamento e mostra-se uma conjectura, pois em fevereiro do mesmo ano ele foi não só intimado a responder o processo contra ele instaurado como foi preso preventivamente. O processo mostra que Alemãozinho ficou detido até Junho de 1915 quando passou pelo primeiro julgamento e foi absolvido, entretanto seu alvará de soltura foi interditado: [...] pois, logo na sequência da decisão do Júri e da Sentença do Dr. José César de Almeida, o Promotor interino recorreu ao Superior Tribunal do Estado do Paraná, interpondo o recurso contra a sentença que absolveu o réu em questão, embargando o Alvará de Soltura.” (SOUZA, 2016, p. 70). Alemãozinho continuaria em cárcere até março de 1916 quando foi absolvido novamente em seu segundo julgamento e desta vez sendo posto em liberdade sem entraves.

Diante disso, a afirmação de que Alemãozinho teria ido embora para a cidade do Rio de Janeiro não encontra subsídios. Sobre seus pedidos de eliminar seus registros e de Chica Pelega para poderem partirem para o Rio de Janeiro, isso só poderia ter acontecido na condição de uma visita de Setembrino de Carvalho na cadeia pública de Rio Negro a Alemãozinho e este poderia vir a fazer este pedido pensando no fim do processo. Isso contudo não se baseia em fontes e mais vestígios.

No parágrafo final de seu artigo, Cássio Alexandre de Souza comenta sobre a falta de maiores informações sobre o paradeiro de Alemãozinho ao final do processo:

Após o desfecho do julgamento de Henrique Wolland, ou mesmo do Alemãozinho, e a respectiva absolvição de parte da Justiça, sabe-se muito pouco

ou quase nada a respeito de sua pessoa, que protagonizou o conflito social do Contestado com apenas 21 ou 22 anos de idade, mas que durante sua possível vida posterior a esse contexto, tornou-se obsoleto as páginas da História. (SOUZA, 2016, p. 74)

Nesse contexto, converge o autor citado com as afirmações de Paulo Pinheiro Machado que ao discutir a memória construída sobre Alemãozinho também não encontra fontes para postular com mais certeza o que teria acontecido com Alemãozinho:

A memória dos moradores e sobreviventes do conflito sertanejo não consegue precisar o que foi feito de Alemãozinho após a guerra. É provável que tenha mudado para outra região, distante de seu local de atuação, já que suas atitudes poderiam despertar acertos de contas. (MACHADO, 2012, p. 310).

Interessante que nem mesmo a notícia de sua prisão e os julgamentos que Alemãozinho tenham ficado marcados na memória histórica. O passado e sua interpretação como negócio tem como moeda de troca o sentido da subjetividade. Portanto, assinala a relação entre lembrança esquecimento na construção da cultura histórica. Sendo assim o que teria acontecido com Alemãozinho foi relegado ao esquecimento e o passado ficou distante. Uma explicação para isso pode ser mostrada em uma metáfora. O historiador vê o passado no caso do Contestado como terra estrangeira. Os sobreviventes do Contestado analisados por Machado estão restritos a intimidade de suas lembranças oriunda de suas experiências certamente traumáticas. Os dois comungam do mesmo problema, vivem numa casa estranha onde não sabem sair seja por ficarem perdidos ou confusos com sua relação íntima com a memória. (SANDES, 2009, p. 137). O historiador Rogério Rosa Rodrigues em sua tese de doutorado sobre o Contestado intitulado: *Veredas de um Grande Sertão: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro*, mantém essa incerteza obscura do paradeiro de Alemãozinho: “Não sabemos qual foi o seu destino. Alemãozinho continua sendo um dos casos mais intrigantes dessa guerra.” (RODRIGUES, 2008, p. 351).

Os trabalhos convergem para uma mesma direção: a escassez de fontes sobre Alemãozinho e sua vida depois do Contestado. A última grande aparição nas fontes de Alemãozinho como foi explanado aconteceu com sua prisão e processo criminal pelo assassinato de José Paulo Schmidt resgatado pelo pesquisador Cássio Alexandre de Souza.

Fontes documentais e jornalísticas sobre o assassinato de Alemãozinho.

Depois de discutirmos o que a historiografia possui de elementos sobre a vida pós-Contestado de Alemãozinho, vamos analisar as fontes jornalísticas que indicam o seu assassinato bem o registro de óbito de morte de Henrique Wolland. Foram encontrados resultados pela busca do nome “Alemãozinho” na hemeroteca da biblioteca nacional em quatro jornais: *Gazeta do Comércio*, *Jornal República do Paraná*, *Diário da Tarde* e *O Paiz*. Essa ordem vai ser a da apresentação dos vestígios sobre o crime. O registro de óbito foi encontrado no site *Family Search*. Afinal o primeiro passo é a organização dos documentos, para Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (CERTEAU, 1982. p. 73)

O jornal *Gazeta do Comércio* parece ter durado pouco tempo. No seu primeiro número explica que vem substituir dois antigos jornais: *Gazeta de Joinville* e *Comércio de Joinville*. O texto deixa implícito uma fusão desses jornais que deixaram de existir para formar o novo. Para além disso Lapuente ao tratar do uso de fontes jornalísticas pede atenção para princípios básicos quando se analisa um jornal antigo: “Claro que, além disso, parece evidente que a análise em cima de um jornal por meio da história política deve estar atenta às questões externas, como sua relação com o governo e a instauração de medidas coercitivas a livre manifestação.” (LAPUENTE, 2016, p. 15).

No mesmo texto do número de estreia do jornal fica nítido qual é a posição política do jornal que o guiará: “Em política seremos soldados do Partido Republicano Catarinense, que neste município tem como expoente máximo o Exmo. Snr. Senador Abdon Baptista. Esperamos ser sempre assim como nos apresentamos ao público.” (GAZETA DO COMÉRCIO, 1 de Janeiro de 1914). O alinhamento do jornal com o PRC e Abdon Baptista⁴, chefe político conhecido da região de Joinville, dá a tônica de sua relação com os governantes. Por isso não é difícil encontrar editoriais de apoio as forças federais contra os sertanejos nos combates do Contestado.

O mesmo contexto de apoio ao Partido Republicano e as tropas do governo contra o que chamam de “fanáticos” pode facilmente ser encontrados nos jornais *República do Paraná* e *O Paiz* que era sediado na então capital federal Rio de Janeiro. Diferente é o caso do *Diário da Tarde* de Curitiba que tinha um caráter mais conciliador frente as lutas partidárias e oligárquicas na chamada República Velha. Praticava

⁴ Ver o trabalho de Eneide Raquel de S. Thiago: *Coronelismo Urbano em Joinville – O Caso de Abdon Baptista*. 1. ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1988.

uma oposição moderada contra as forças estaduais, por mais que as vezes se mostrasse abertamente contra o governo Estadual: “[...] o jornal buscava mecanismos para resguardar a imagem do jornal, não posicionando-se diretamente contra a administração pública e, sim, como mediador entre ela e o cidadão”. É essencialmente este o perfil do jornal até o final da década de 1910. (SILVA, 2008, p. 31-32).

A primeira nota encontrada vem do jornal *Gazeta do Comércio* de janeiro de 1917. É uma pequena descrição do número de 27 de Janeiro na página 2 no canto esquerdo do jornal. Informa que está reproduzindo a notícia do jornal colega editado em alemão *Der Kompass*. Destaca que acharam o corpo no distrito de Entre-Rios (atualmente chama-se Guaragi) pertencente a Comarca de Ponta Grossa. Classifica-o como ex-chefe dos “fanáticos”. Depois descreve o estado do corpo: “O corpo estava todo retalhado; desconfia-se que tenha levado algum tiro traiçoeiro e depois o tivesse golpeado. Do assassino não se sabe” (GAZETA DO COMÉRCIO, 27 de Janeiro de 1917). Termina destacando a reputação de seus pais que seriam respeitados em Hansa (hoje Corupá). O texto não esclarece muito como foi o assassinato exceto o corpo ferido com instrumento cortante, e trabalha em cima de suposições e no final deixa implícito o caráter de bons cidadãos dos pais frente ao filho e sua aventura com os “fanáticos”.

O próximo achado é do jornal “República” de 20 de Janeiro de 1917. A matéria desta vez tem mais destaque e se encontra já primeira capa. O título já mostra bem a classificação social que o jornal relega ao personagem: “O assassinato do celebre facínora Henrique Wolland, vulgo Allemãosinho”. O jornal República coloca-o como um criminoso famoso e pondera no texto seus crimes no Contestado que o deixaram famoso. Assim ele é descrito: “Henrique Wolland, o terrível Allemãosinho, foi um bandido cruel, que em nossos sertões conjuntamente com Adeodato, outro typo de sua iguala, trasiem em sobressalto as populações sertanejas. Allemãosinho pagou agora com a sua própria vida, todo o mal que fez durante a sua tenebrosa vida.” (REPÚBLICA, 20 DE JANEIRO DE 1917). É relativizado a violência que ele sofreu, afirmando-se que foi em certa medida um castigo em consequência de sua vida criminosa. Ele só teria pago por seus crimes. Aqui SOSA nos lembra que o jornal deve ser avaliado em dois tempos no seu discurso: “[...] um objetivo que interpreta o que está escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender o que não aparece escrito, mas é possível de identificar à luz do contexto histórico.” (SOSA, 2007, p. 11-12). Nesse caso, o fato de o jornal citado escrever sobre Alemãozinho como um bandido cruel faz parte de uma estratégia política para moldar a memória sobre o Contestado classificando seus líderes como seres horríveis e desprovidos de civilidade.

Sobre o assassinato diz que o delegado Attilio Palermo da comarca de Ponta Grossa no dia 13 de Janeiro teria achado o corpo juntamente com dois médicos e praças na Villa de Entre-Rios. Chegando ao local, o delegado pediu para exumar o corpo. O que nos leva a pensar obviamente que o corpo foi parcialmente enterrado: “Ali chegando mandou exumar o cadáver que foi reconhecido ser o de Henrique

Wolland, [...] e no qual procedeu o auto de corpo de delito.” (REPÚBLICA, 20 de Janeiro de 1917). Mesmo o corpo tendo sido reconhecido, parece-nos que foi necessário lavrar um exame de corpo de delito para afastar qualquer dúvida de que se tratava de Alemãozinho. Além de ser praxe nesse caso, induz a pensar que o cadáver deveria estar em um estado de razoável decomposição.

O jornal descreve também que o delegado mandou prender no 15 km de Entre-Rios quatro suspeitos: Orchisa Simões de Oliveira, José Simão dos Santos, João Pedro Ferreira e Antônio Simão de Oliveira. Eles negaram o crime e declararam que Alemãozinho que viajava com eles seguiu rumo a Vila dos Papagaios. Diante disso o delegado “[...] mandou proceder rigorosa busca em casa de Irineu de O. Franco, onde os mesmos se achavam hospedados, encontrando ali, escondidos num galpão anexo, a roupa e outros objetos pertencentes a Wolland [...]” (REPÚBLICA, 20 de Janeiro de 1917). Com as provas contundentes contra os suspeitos, Orchisa Simões de Oliveira e José Simão dos Santos confessaram que apenas os dois seriam os autores do assassinato de Wolland. Sendo assim foram conduzidos a prisão de Entre-Rios. Um fato curioso citado pela notícia. A recusa do escrivão em trabalhar no inquérito. O delegado Palermo teve que nomear outro para dar seguimento aos trabalhos. O jornal não explica o motivo desse fato.

A terceira evidência vem do jornal carioca *O Paiz*. A notícia encontra-se na quarta página na seção dos Estados brasileiros e data em 17 de Janeiro de 1917. Inicia informando que o corpo de Alemãozinho foi encontrado perto de uma mata com estando ele [...] violado, semi-nu, com um ferimento na cabeça, produzido por bala” (O PAIZ, 17 de Janeiro de 1917). O corpo pela exposição dos detalhes deveria estar desfigurado, pois apenas um tempo depois o corpo foi reconhecido conforme o jornal aponta: “Mais tarde verificou-se ser o cadáver de “Allemãosinho”, o célebre facínora e chefe fanático. [...] O cadáver de “Allemãosinho” foi saqueado, tendo os assassinos carregado com a avultada quantia de três contos. A polícia iniciou as investigações.” (O PAIZ, 17 de Janeiro de 1917). Se não bastasse o brutal assassinato ainda que foram levados seus pertences.

A última fonte analisada dos jornais na hemeroteca da Biblioteca Nacional é do Paraná. É o jornal *Diário da Tarde* de Janeiro de 1917. No dia 15 de janeiro, na página 3, o jornal apresenta a questão do assassinato de Alemãozinho: “Allemãosinho, - o célebre bandido do Contestado, é barbaramente assassinado” (DIÁRIO DA TARDE, 15 de Janeiro de 1917). Essa abertura segue a linha das fontes anteriores do discurso demonizador da figura de Alemãozinho. O texto fala do cadáver encontrado próximo a uma mata de Entre-Rios mutilado e:

[...] com o crânio encontrado atravessado por muitos projetis de arma de fogo e inúmeros golpes de facão. Quem era? Ninguém sabia. Diziam apenas que ali era conhecido pela alcunha de Allemãosinho e que certamente foi assassinado. Foi na verdade um bárbaro crime que se deu. Quem desconhece as façanhas, os bárbaros crimes praticados por ocasião da sanguinolenta luta do Contestado, por Henrique Wolland – o Allemãosinho?

Pois o celebre fanático é que foi assassinado em Entre Rios, por dois seus companheiros. (DIÁRIO DA TARDE, 15 de Janeiro de 1917).

Como na fonte anterior, também aparece aqui o aspecto a condição deformada do corpo devido à violência que teria sofrido. Num primeiro momento era desconhecido na região, sabia-se apenas que seu apelido era Alemãozinho. O tratamento do caráter de Wolland corporificado pelos termos “bandido” e “fanático” é uma constante nos recortes de jornais. Lapuente supõe cuidado com visões pré-moldadas ao se analisar o texto jornalístico:

[...] outro erro comum na pesquisa em periódicos que, em uma visão particular, pode ser válida para análise de qualquer fonte: a ideia de realizar uma pesquisa com resultados pré-concebidos, que invariavelmente tendem a levar o estudo a uma vulgarização. Pensamos que, dessa maneira, o historiador procura não uma investigação, mas apenas corroborar e confirmar aquilo que ele mesmo já elencou como “verdade”. Ou seja, como “conclusão” e “resultado” da própria pesquisa, que já foram definidos preliminarmente antes de um maior aprofundamento. (LAPUENTE, 2016, p. 16)

O *Diário da Tarde* continua relatando que após a descoberta do corpo a polícia de Entre Rios partiu para a captura de implicados, prendendo Orchises Simões de Oliveira e José Simões dos Santos que acabaram confessando o crime. Os nomes diferem um pouco na grafia dos que os apresentados pelo jornal *República*, mas não há dúvida serem os mesmos. Em sua confissão que a motivação foi se apossar de seus bens. Em resumo, um latrocínio. Logo depois o jornal tenta de algum modo amenizar o crime: “Afirmaram os criminosos que o infeliz assassinado era o mesmo célebre autor de degolamentos no Contestado. Os criminosos acham-se recolhidos a cadeia pública de Entre Rios, onde foi instaurado inquérito a respeito do monstruoso crime.” (DIÁRIO DA TARDE, 15 de Janeiro de 1917).

Usa-se a confirmação dos criminosos para relativizar o homicídio, já que ele conteria em seu passado várias crueldades como os degolamentos. Em seguida reconhece a gravidade do assassinato ainda que se tratasse de um indivíduo com passado nefasto. E termina novamente tentando justificar o crime de certo modo: “E desse modo findou se a existência de “Allemãosinho” que se fizera conhecido de todos pelos seus crimes no Contestado” (DIÁRIO DA TARDE, 15 de Janeiro de 1917). A estratégia é sempre guiada pela declaração do caráter criminoso de Alemãozinho e o assassinato como um possível reflexo disso.

Um documento fundamental para corroborar o assassinato de Alemãozinho seria o atestado de óbito (juntamente com o exame de corpo de delito). Por mais difícil que seja acessar esse tipo de documento, o historiador deve insistir na busca do mesmo: “Os livros de notas dos tabeliães são preciosos para a análise da sociedade. Ali se encontram registros de negócios, os mais diversos[...] registros [...] de nascimento, de casamento e de óbito.” (BACELLAR, 2008, p. 38-39)

O site *Family Search* foi fundamental na busca desse documento. Com um vasto banco de dados de registros civis desde nascimentos, casamentos e óbitos, contribuiu para o acesso dessa fonte. Conseguimos achar o registro da morte de Alemãozinho, segue a transcrição:

N. 47 Aos onze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e dezessete nesta villa de Entre Rios, termo e Comarca de Ponta Grossa Estado do Paraná e em nosso cartório compareceu o declarante João Pedro Ferreira na presença das testemunhas que abaixo vão assinadas e declarou que nos subúrbios desta Villa no lugar denominado “Fundinho” apareceu morto Henrique “Bolunte” (sic) ignorando quem seja seus pais, mas declarado pelo mesmo ser filho de pai brasileiro e mãe alemã, com vinte tantos anos de idade, solteiro, ignorando sua profissão. Devia ser natural de Joinville, Estado de Santa Catarina. Faleceu assassinado e o seu cadáver foi sepultado no cemitério municipal desta villa. Porque para constar lavro o presente termo no qual comigo assina o declarante e as testemunhas presentes.

Eu Salvador Ribeiro de Souza. Escrivão que escreve e assina.

João Pedro Ferreira

Irineu de Oliveira Franco.

Edmundo Alves. (Registros de óbitos, livro nº 2, Ponta Grossa – Guaragi, 11 de janeiro de 1917)

O documento contém informações importantes. No dia 11 de janeiro de 1917 é que o cartório em questão foi procurado para registrar o óbito, divergindo um pouco do jornal *República* que diz ter sido apenas no dia 13 a descoberta do corpo. Alemãozinho aparece como Henrique Bolunte, sendo provável equívoco de grafia e pronúncia do sobrenome de origem germânica. O lugar que Alemãozinho teria aparecido morto seria o “Fundinho”. As demais informações são ignoradas na maioria delas. O processo crime consegue complementar essas informações e esclarecer outras.

O Perfil do Crime e as Hipóteses que ocasionaram o assassinato.

Depois de feita a exposição das fontes, vamos ao cruzamento delas. Jacques Le Goff nos pede que tenhamos um olhar diferenciado para o documento, saindo do campo meramente descritivo. Em outras palavras o documento é contextual. Com efeito não existe documento com a verdade absoluta. Assim, a verdade, não existe nunca fora do poder, mas é sempre entrelaçada com ele: “No limite não existe, um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.” (LE GOFF, 1996, p. 547). O historiador deve ter em mente que avaliar um documento sem crítica é dar a pesquisa histórica uma suposta harmonia no tempo, inscrevendo os fatos numa pretensa coerência que nunca existiu.

Pode-se nortear igualmente na mesma linha histórica a contrapelo de Walter Benjamin para montar um perfil do assassinato de Alemãozinho. Começando pelo local do crime, percebe-se que as fontes se dirigem para um mesmo local: Villa de Entre-Rios em alguma área de mata. Neste momento Entre-Rios era um município com sua criação datada de 4 de outubro de 1890, pelo Decreto Lei nº 117. O ano é apontado como sendo o de 1917 no mês de Janeiro. Sobre o dia morte não sabemos com certeza que dia teria acontecido o assassinato. O registro de óbito registra como já mostrado que “Aos onze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e dezessete nesta villa de Entre Rios, [...] em nosso cartório compareceu o declarante João Pedro Ferreira [...] declarou que nos subúrbios desta Villa no lugar denominado “Fundinho” apareceu morto Henrique Bolunte” (Registros de óbitos, livro nº 2, Ponta Grossa – Guaragi, 11 de janeiro de 1917). O jornal *República* conforme descrito afirma que o delegado Attilio encontrou o corpo dois dias depois do registro de óbito no dia 13 de janeiro, entrando em desacordo com o documento cartorial. Se o óbito foi registrado no dia 11 de janeiro, o corpo no mínimo foi encontrado no dia 10 ou antes. De qualquer modo só temos uma pista do possível dia que o corpo foi achado e não do dia do assassinato. Sobre como se encontrava o cadáver, as fontes se alinham no estado deplorável que estaria no momento da identificação. O corpo é classificado como vítima de três grandes violências: A primeira nos diz que ele sofreu vários ferimentos provindos de facão deixando-o mutilado. A segunda violência vai na direção de sua morfologia alterada devido a perfuração por disparos de projéteis. E finalmente o saque que foi submetido mesmo depois de morto, onde teriam o encontrado quase sem roupa e violado.

Uma contradição grande que notamos é quem foi o descobridor do corpo. No registro de óbito aparece o nome de João Pedro Ferreira como o declarante da morte de Alemãozinho no dia 11 no lugar chamado “Fundinho”, inclusive sendo enterrado no cemitério municipal da própria vila de Entre Rios. O mesmo indivíduo aparece como um dos suspeitos detidos dois dias depois, 13 de janeiro segundo consta no jornal *República* do dia 20 de janeiro. O delegado Attilio Palermo no dia 13 por meio de informações teria efetuado sua prisão e de outros suspeitos. É no mínimo estranho que o um dos suspeitos preso após o corpo ser encontrado no dia 13, já no dia 11 foi até o cartório para registrar o assassinato do próprio Alemãozinho, informando até o local com exatidão. Outro ponto obscuro é que João Pedro Ferreira aparentemente ocultou o verdadeiro sobrenome de Alemãozinho substituindo por Bolunte. Também entra em contradição ao dizer que não sabe o nome dos pais da vítima, mas conhece a naturalidade deles, sendo o pai brasileiro e a mãe alemã. Ademais, só registra ser possivelmente natural de Joinville. Faz sentido, Hansa na época era distrito de Joinville, e portanto oficialmente estamos falando de um habitante joinvilense. No entanto o processo crime que ele sofreu já citado anteriormente, Wolland no auto de qualificação de fevereiro de 1915 o mesmo declara ser natural da Alemanha e filho de Francisco Wolland.

Sua profissão era fotógrafo em 1915 quando de sua prisão. Em 1916 o processo ainda continuava e as informações do acusado nos interrogatórios se mantiveram as mesmas.

Uma informação em especial que parece não ter tanta importância à primeira vista, mas é relevante para entendermos sua morte. Alemãozinho além de fotógrafo declarava saber ler e escrever. Contextualizando o Brasil do início do século XX isso significa poder e vantagem no meio social. Os números eram aterradores segundo Silva: [...] segundo os dados dos censos brasileiros entre 1892 e 1920, grande parcela da população, cerca de 80% era considerada analfabeta” (SILVA, 2011, p.1). Não é difícil pensar que Alemãozinho se diferenciava socialmente do restante da população do Contestado pelo simples fato de saber ler e escrever. Uma fotografia neste momento deveria valer muito. A jovialidade de Wolland é outro aspecto que chama atenção. Em fevereiro de 1915 no seu primeiro interrogatório, o processo crime alega que ele teria respondido ter 21 anos completos quando perguntado sobre sua idade. No final do processo no seu segundo julgamento em 10 de março diz ter: “vinte dois anos de idade, solteiro, residente no distrito de Papanduva” (PROCESSO CRIME, 1915, p. 91). Desse modo em 1916 ele só poderia completar 22 anos. E aparentemente já o tinha completado. Portanto em janeiro de 1917 ele deveria estar se encaminhando para completar 23 anos. De qualquer modo, ele era muito jovem no momento do seu assassinato.

Por tudo isso não acreditamos que Alemãozinho morreu por mero acaso. O historiador de primeira viagem pode pensar em um típico latrocínio, reforçado pela confissão de Orchises ou Orchisa Simões de Oliveira e José Simão dos Santos como os únicos autores do crime e principalmente pela notícia do roubo de roupas, pertences de Alemãozinho, bens e o alto valor em dinheiro de três contos. Porém as inconsistências apresentadas como um dos suspeitos no caso João Pedro Ferreira registrar o óbito antes de sua prisão e sua tentativa de esconder o sobrenome da vítima, e claro a recusa do escrivão em trabalhar no inquérito envolvendo o mesmo João Pedro Ferreira, deixam claro que foi mais que um latrocínio. Para Ginzburg se a realidade se mostra nebulosa “existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Os sinais e indícios podem ser encontradas no contestado. Paulo Pinheiro Machado comenta sobre uma hipótese do porquê Alemãozinho ter se apresentado ao exército:

É possível que, para escapar da vingança do Coronel Bley Neto, o chefe político de Rio Negro, Alemãozinho tenha apresentado-se aos militares do exército em busca de uma melhor sorte. As lideranças rebeldes sabiam da diferença de tratamento que poderiam receber das forças federais em comparação às forças de vaqueanos civis comandadas pelos representantes do poder local. (MACHADO, 2012, p. 308)

Um assassinato encomendado pelo coronel Bley Neto pode ser uma primeira hipótese. Além do fato de Alemãozinho ter sido um rebelde, ele seria aliado de Aleixo Gonçalves de Lima, chefe revoltoso de atuação destacada no conflito. Sua profissão de fotógrafo pode ter gerado muitos registros inconvenientes para o exército e outras forças que combateram os sertanejos. Sua articulação, pode ter levado a ter conhecimento de alianças entre coronéis e o exército e as forças públicas estaduais. São bons motivos para “queimar um arquivo” pensando numa segunda hipótese. Uma terceira hipótese pode ser elencada no âmbito de um acerto de contas, dada a sua atuação controversa durante o conflito do Contestado. Paulo Pinheiro Machado também pensa nessa possibilidade: “É provável que tenha mudado para outra região, distante de seu local de atuação, já que suas atitudes poderiam despertar acertos de contas.” (MACHADO, 2012, p. 310).

Não obstante ao procedimento de busca e apreensão pelo delegado Attilio Palermo onde foram achados os pertences de Alemãozinho em um galpão anexo - onde estariam hospedados os suspeitos até agora identificados como: Orchisa ou Orchises Simões de Oliveira, José Simão ou Simões dos Santos, João Pedro Ferreira e Antônio Simão de Oliveira - deixa a dúvida se foi apenas uma forma de esconder os bens de Wolland para depois fugir com eles ou tentar apagar qualquer vestígio de Alemãozinho. A região que Alemãozinho se encontrava no momento de seu assassinato era relativamente perto da área dos combates. Os suspeitos segundo o jornal *República* quando interrogados sobre o crime, alegaram que Wolland viajava com eles, porém tinha tomado outro rumo. Ele poderia como sugeriu Machado estar buscando se afastar das proximidades do Contestado por medo uma represália e acerto de contas. Logo um assassinato nesse estilo seria plausível. Ao mesmo tempo seria necessário o inquérito para apoiar essa hipótese. É óbvio que só o inquérito não pode ser avaliado como o documento final, porém seria um dos documentos vitais para a análise das motivações do crime.

Quanto aos dois suspeitos que teriam confessado o crime, por motivos óbvios são peças angulares para se entender o que motivou o crime. Todavia Ginzburg amplia o campo de atuação do historiador ao propor outras alternativas na investigação histórica: “Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em práticas preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (GINZBURG, 1989, p. 179). A intuição nos leva a pensar que os dois acusados confessos, podem ter sido apenas os executores. O mandante por trás de tudo seria João Pedro Ferreira. Antes que esqueçamos Irineu de Oliveira Franco, proprietário da residência onde estavam hospedados também aparece como uma das testemunhas do assassinato no registro de óbito, até mesmo assinando o documento.

Qual o interesse dele? Como foi referido em sua casa houve uma busca da polícia, onde os mesmos encontraram objetos que eram propriedade de Alemãozinho. Uma simples coincidência? Que interesse

teria o dono da casa onde os suspeitos do homicídio de Alemãozinho ficaram alojados? Por ora, tais suposições ficam no quadro da especulação, por não haver maiores esclarecimentos históricos e documentais.

Provavelmente um dos maiores indícios está em João Pedro Ferreira, e pelo apresentado acredita-se que ele seja uma das peças chave para desvendar a causa do assassinato. Sendo um latrocínio, uma vingança, ou a eliminação de um arquivo vivo, certo é que no alto da sua juventude Alemãozinho levou muitas informações preciosas para o túmulo que ajudariam a esclarecer as obscuras entranhas do Contestado.

A entrevista de Alemãozinho ao jornal *O Imparcial*.

Antes dos comentários finais, se faz mister trazer à tona uma entrevista concedida por Alemãozinho em 1915, quando já estava preso em Rio Negro acusado de matar José Paulo Schmidt em agosto de 1914. O jornal *O Imparcial* tinha sede no Rio de Janeiro, e foi até Rio Negro para ter conhecimento do que estava acontecendo na região Contestada. Obtiveram autorização e Alemãozinho foi trazido da cadeia pública de Rio Negro para ser entrevistado na casa de um comandante de destacamento.

Concentra-se agora somente nos vestígios que podemos extrair da sua entrevista que podem gerar hipóteses sobre seu assassinato⁵. As falsificações documentais de Alemãozinho já foram bem refletidas e analisadas por Paulo Pinheiro Machado. Por isso nada impede desse relato estar recheado de hipérboles e mentiras ou ao menos pequenos exageros para colocar-se como vítima passiva e não um ator importante do Contestado. Trabalhando com a premissa de que há verdade no que Alemãozinho fala ao jornal, é possível relacionar sua morte a dois eixos explicativos. É comentado de um valor que ele teria recebido de Setembrino de Carvalho. Um montante de 200 mil réis. Essa quantia foi colocada em seu poder entre dezembro de 1914 e janeiro de 1915 possivelmente quando se encontrou com Setembrino de Carvalho. Alemãozinho não aponta nenhuma cronologia, por isso a suposição. Em fevereiro de 1915 foi preso e só sairia em março de 1916. Não deve ter tido tempo para usufruir do seu dinheiro. É possível que o dinheiro foi apreendido quando foi detido em Rio Negro. O jornal *Diário da Tarde* comenta sobre seu assassinato apura que o objetivo dos homicidas era: “[...] se apoderarem de grande quantia que a vítima – seu companheiro – trazia em seu poder.” (DIÁRIO DA TARDE, 15 de Janeiro de 1917). Muito parecida é a versão

⁵ Quem quiser pode ler na íntegra a entrevista no jornal *O Imparcial* - *Diário Ilustrado* do Rio de Janeiro de 24 de maio de 1917. Pode ser encontrado na hemeroteca digital da biblioteca nacional no seguinte link: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_01&PagFis=10850&Pesq=Henrique%20Volland

do jornal *O Paiz* que fala do saque a seu corpo onde nomeiam de grande quantidade o valor de “três contos de réis”.

Já o jornal *República* que é o mais detalhado não fala de grandes quantias em posse de Alemãozinho, mas sim roupas e objetos seus na casa de Irineu de Oliveira Franco onde estavam hospedados o próprio Alemãozinho e os suspeitos. Esse valor supostamente dado a Alemãozinho supostamente por Setembrino de Carvalho pode ter motivado o crime. O outro eixo de explicação reside na imagem construída em torno de Alemãozinho, inscrevendo-o como um facínora cruel. Ele próprio na entrevista destaca que queriam o matar em algumas oportunidades devido aos boatos segundo que se espalharam contra ele nas cidades de Papanduva e Rio Negro.

Entretanto, desconfia-se das explicações de Alemãozinho com relação a sua entrada na Guerra do Contestado e todo o desfecho até sua prisão. As hipóteses levantadas partem de um campo de pressupostos apenas.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo esclarecer a lacuna sobre o que teria acontecido como Alemãozinho, após sua participação na Guerra do Contestado. Buscou-se primeiramente contextualizar o período marcado pelas relações coronelísticas na região contestada, que não eram muito diferentes de outros estados brasileiros. O que a historiografia afirmava sobre Alemãozinho após o conflito do Contestado foi outro ponto levantando e discutido nesse trabalho. Diante disso, realizou-se uma exposição das fontes encontradas usando como o critério a ordem dos achados, para que fosse possível entender a complexidade que é montar as peças soltas para descobrir as razões de um crime histórico como esse.

Partiu-se de um entendimento em que as fontes documentais não podem ser comprometidos totalmente com a verdade sobre o acontecido, ao avaliar o discurso e ao cruzar as informações que cada uma dessas fontes trazia. Elas traziam fatos soltos, porém se complementaram de alguma forma, mesmo que as inconsistências tenham sido assinaladas por nós. Foram analisados o processo crime que Alemãozinho enfrentou entre 1915 e 1916 e o registro de óbito do dia 11 de Janeiro de 1917, que ajudou a compreender algumas contradições e lançar alguns questionamentos a esse respeito.

Finalmente lançou-se algumas hipóteses do que causou a morte de Alemãozinho, levantando possíveis interesses por trás do assassinato. Ficou claro que existe a necessidade do inquérito policial instaurado pelo delegado Attilio Palermo para responder a várias dúvidas e lacunas que não foram respondidas de forma satisfatória.

Referências

ALMEIDA, Raul de. **História de Rio Negro**. Curitiba: IHGPR, 1976.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CELESTINO, Ayrton Gonçalves. **Os Bucovinos do Brasil e a História de Rio Negro**. Curitiba: Torre de Papel, 2002.

CERTEAU, Michel. Operação Historiográfica. In: **Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORREIO DO NORTE – CANOINHAS. 100 Anos do Contestado - Santa Catarina Nunca mais foi a mesma. **Correio do Norte**, Canoinhas, Dez. 2012. Caderno Especial. Disponível em: <http://ieij.com.br/Atividades/contestado/100.Anos.Contestado.pdf> Acesso em: 16 ago. 2017.

FORJAZ, Djalma. **Centenário da Colonização Alemã em Rio Negro e Mafra (1829-1929)**. Curitiba: Empresa Editora Olivero, 1929.

GINZBURG, Carlo. Sinais – Raízes de um Paradigma Indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JÚNIOR, Waldemiro Bley. **Genealogia da Família Bley**. Curitiba: IHGPR, 1987.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**. v. 4, p. 11-29, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Memória, Fraude e Documentação: Alemãozinho e a Memória das Ordens. **Tempos Históricos (EDUNIOESTE)**, v. 16, p. 301-311, 2012.

_____. **Lideranças do Contestado**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

MAFRA, Antônio Dias. **100 Anos da Guerra do Contestado: Desvendando a Participação de São Bento do Sul**. Florianópolis: Nitram, 2013.

QUEIROZ, Maurício Vinas de. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo: Ática, 1981.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um Grande sertão: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANDES, Noé Freire. O passado como negócio. O tempo revolucionário (1930). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 43, p. 125-140, 2009.

SILVA, Nívia Celine da. **Imprensa, Intelectuais e os Discursos Acerca da Educação no Jornal Diário da Tarde (Paraná, década de 1920)**. 2008. 56 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Paraná.

SILVA, Tereza Maria Trindade. Instrução Pública na década de 1910: propostas para uma educação nacional. In: VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2011, Viçosa. **Anais do VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 2011.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

SOUZA, Cássio Alexandre. **Resquícios do Conflito do Contestado (1912-1916): O Julgamento de Henrique Wolland, o Alemãozinho**. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) - UFPR, v. 2, p. 55-78, 2016.

Jornais consultados na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e documentos jurídicos e civis:

CERTIDÃO DE ÓBITO. Cartório do registro civil do distrito de Entre Rios. Escrivão: Salvador Ribeiro de Souza. Ponta Grossa, 11 jan. 1917. folha 26, livro nº 2, Registro. n.47. Certidão. Fotocópia. Family Search.

Diário da Tarde. Curitiba. Janeiro de 1917. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

GAZETA DO COMÉRCIO. Joinville, Janeiro de 1917. Hemeroteca da Biblioteca Nacional; Justiça Pública. Réu: Henrique Wolland, 1915-1916.

O IMPARCIAL – DIÁRIO ILUSTRADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Maio de 1915. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O PAIZ. Rio de Janeiro, Janeiro de 1917. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

PROCESSO CRIME. Juízo de Direito da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná. Apelante: A Justiça Pública. Réu: Henrique Wolland, 1915-1916. Acervo Documental do Museu da Justiça do Paraná (TJ-PR).

REPÚBLICA. Curitiba, Janeiro de 1917. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.